

A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS

Talita Cabral Machado

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Professora de Geografia do Instituto Federal de Brasília (IFB), Goiânia – GO, Brasil

Email: talita.geo@gmail.com

Alecsandro José Prudêncio Ratts

Professor Doutor de Geografia na Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, Brasil

Email: alex.ratts@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender as trajetórias de mulheres feministas na cidade de Goiânia, Goiás e a espacialidade dos movimentos a que elas pertencem. Temos como objetivos específicos: apresentar as correlações entre movimento de mulheres, feministas e outros (negros, LGBTT etc.) dos quais participam as militantes entrevistadas; retomar uma narrativa sobre o surgimento dos grupos feministas na cidade; e entender a complexidade das identidades autodeclaradas das mulheres e de suas ações. Os movimentos de mulheres e/ou feministas são uma rede temática transnacional que abrange movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais e entrecruza-se com outras redes de movimentos sociais. Os grupos dos movimentos feministas são coletivos de mulheres, que com suas identidades se relacionam para construir a si mesmas e ações que interfiram na emancipação de outras mulheres e que possibilitem a luta por reconhecimentos.

Palavras-chave: grupos de mulheres; grupos feministas; mulheres feministas.

THE CITY OF FEMINIST WOMEN

Abstract

The objective of this article is to understand the trajectories of feminist women in the city of Goiânia, Goiás and the spatiality of the movements to which they belong. We have specific objectives: to present the correlations between the women, feminist and other movements (black, LGBTT, etc.) in which the militants interviewed participate; to resume a narrative about the emergence of feminist groups in the city; and understand the complexity of women's self-declared identities and their actions. Women's and / or feminist movements are a transnational thematic network that encompasses local, regional, national and international movements and intertwines with other networks of social movements. The groups of the feminist movements are collectives of women, who with their identities are related to construct themselves and actions that interfere in the emancipation of other women and that make possible the fight for recognitions.

Key words: women's groups; feminist groups; feminist women.

LA CIUDAD DE LAS MUJERES FEMINISTAS

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender las trayectorias de mujeres feministas en la ciudad de Goiânia, Goiás y la espacialidad de los movimientos a los que pertenecen. Tenemos como objetivos específicos: presentar las correlaciones entre movimiento de mujeres, feministas y otros (negros, LGBT, etc.) de los cuales participan las militantes entrevistadas; retomar una narrativa sobre el surgimiento de los grupos feministas en la ciudad; y entender la complejidad de las identidades autodeclaradas de las mujeres y de sus acciones. Los movimientos de mujeres y / o feministas son una red temática transnacional que abarca movimientos locales, regionales, nacionales e internacionales y entrecruza con otras redes de movimientos sociales. Los grupos de los movimientos feministas son colectivos de mujeres, que con sus identidades se relacionan para construirse a sí mismas y acciones que interfieren en la emancipación de otras mujeres y que posibiliten la lucha por reconocimientos.

Palabras-clave: grupos de mujeres; grupos feministas; mujeres feministas.

Introdução

O feminismo em sua pluralidade, à semelhança de outros movimentos sociais, é um movimento também diverso na sua expressão espacial. Após a conclusão desta pesquisa de doutoramento, a pesquisadora e o orientador, em coautoria para este artigo¹, optaram por abordar as mulheres, os movimentos de mulheres e feminista em sua composição complexa, posto que esta foi a seleção das entrevistadas em sua maior parte negras e com várias lésbicas e bissexuais.

Foram entrevistadas treze mulheres identificadas como feministas, doze residem em Goiânia e uma no município de Trindade (pertencente à região metropolitana da capital) que diariamente se desloca à capital. Sete mulheres têm entre 21-32 anos de idade e seis entre 44-67 anos. Considera-se jovem o primeiro grupo de faixa etária, devido às semelhanças de atuação entre as militantes e a diferenciações de idade entre elas ser menor em relação ao segundo grupo, ainda que, para determinados agentes, o período da juventude estenda-se entre 15 e 29 anos. Nove mulheres autodeclararam-se negras e quatro brancas. Quatro se autodeclararam lésbicas, quatro bissexuais e cinco heterossexuais. O Quadro 1 informa alguns dados e identificações importantes das treze entrevistadas.

Quadro 1. Identificação pessoal das entrevistadas

Nome	Idade	Identificação de Gênero	Orientação sexual	Identificação étnico-racial	Formação/ Profissão
Carmem	21	mulher	Bissexual	branca	Ensino médio/ Tatuadora e rapper
Beatriz	24	feminino	Bissexual	negra	Ensino superior- cursando/ Professora
Bertha	24	mulher	Lésbica	branca	Mestranda
Deolinda	30	feminino	Heterossexual	parda	Mestrado/ Professora
Antonieta	30	mulher	Lésbica	negra	Superior incompleto/ Funcionária do Estado de Goiás

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa em nível de doutorado concluída (MACHADO, 2016). Desde o estudo anterior com trajetórias de militantes negros em Goiânia (MACHADO, 2016), o trabalho em dupla da pesquisadora com o orientador se deve em grande parte a uma construção conjunta dos temas, do conjunto de interlocutoras/es de cada pesquisa e das nossas identificações, respectivamente, enquanto militantes negro e feminista, além de alguns escritos em comum (MACHADO e RATTTS, 2011, 2017). Cabe acrescentar que o orientador foi colaborador de um grupo de mulheres negras e de outro interracial.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades" p. 78-99, jul-dez, 2019.

ISSN: 2176-5774

Anália	31	feminino	Lésbica	branca	Superior incompleto/ Fotógrafa
Luz	32	mulher	Bissexual	parda	Especialista/ Advogada
Carolina	44	feminino	Lésbica	preta	Nível médio/ Técnica de Enfermagem e Assessora Parlamentar
Rosely	48	feminino	Heterossexual	branca	Doutorado/ Professora
Maria	52	feminino	Bissexual	parda	Doutorado/ Professora
Tereza	53	feminina	Heterossexual	negra	Pós-Graduada/ Professora
Lélia	54	feminino	Heterossexual	negra	Nível superior/ Assistente Social
Adelina	67	feminino	Heterossexual	negra	Pós- Graduada/Professora

Fonte: Entrevistas, 2014-2015.

A metodologia adotada foi a análise do conteúdo do discurso presente nas entrevistas semiestruturadas realizadas com as treze feministas. Serão apresentados neste artigo alguns dos eixos de resposta encontrados na análise das entrevistas que correspondem as formas (complexas) de atuação e organização dos movimentos de mulheres e feministas em Goiânia. Para isso, selecionamos parte das falas que melhor representavam as características das ações, pois, percebemos que elas se repetiam, a depender da identidade da entrevistada (lésbica, negra, acadêmica, jovem etc.) e de seus grupos.

Para compreender a complexidade dos movimentos feministas, será inicialmente apresentada uma reflexão acerca das mulheres e a cidade na Geografia e, posteriormente, narrativa sobre como surgiram os grupos feministas em Goiânia e a complexidade das ações das militantes, assim como, as identificações autodeclaradas das entrevistadas. Os nomes reais das interlocutoras estão trocados por nomes fictícios de antigas feministas negras e brancas para preservar sua identidade.

As mulheres e a cidade nos estudos sobre o espaço urbano na Geografia

Silva (2009) detecta a baixa produção sobre Geografia e gênero e/ou mulheres no Brasil. A geógrafa constata que apesar de sua feminização, a Geografia brasileira permanece pouco permeável à abordagem de gênero e as mulheres não possuem a mesma notoriedade

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 5, Dossier "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades" p. 78-99, jul-dez, 2019.
ISSN: 2176-5774

e reconhecimento científico que os homens e ocupam em proporções menores os postos de poder (como por exemplo, a composição dos conselhos editoriais dos periódicos científicos).

Para a autora, a Geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero e a explicação para isso identifica-se com as interpretações feministas e geopolíticas da produção científica. Ou seja, perceber as ausências e invisibilidades do discurso científico é reconhecer que são frutos da forma de conceber e fazer geografia e não do acaso (SILVA, 2009). Segundo Silva et al (2013):

A maneira como a historiografia da geografia brasileira se faz, tanto em seu processo de produção como de circulação, tem omitido a discussão de algumas importantes vertentes do pensamento geográfico. Entre elas as geografias feministas e *queer*. Tal omissão não deve à ignorância, mas sobretudo, ao desprezo que estas formas de imaginação geográfica provocam no meio acadêmico brasileiro (p. 85).

O discurso científico da geografia brasileira está subordinado a algumas premissas históricas e elementos correlacionados que resultam nas ausências (como dos estudos de gênero e feministas). Um deles diz respeito à base eurocêntrica da ciência, fundada “nos pressupostos da racionalidade, objetividade, neutralidade e universalidade” (SILVA, 2009, p. 76). Existem batalhas travadas entre perspectivas científicas que muitas vezes, dificultam a coexistência de pensamentos.

Ao trabalharmos com as apropriações do espaço urbano realizadas pelas mulheres feministas, aprofundamos nossa leitura nos textos dos(as) autoras brasileiros(as) da Geografia Urbana. As sujeitas da pesquisa trouxeram para o centro das discussões a questão de gênero, assim como também as raciais e sexuais. Ao constatar que essas questões não estavam presentes nos estudos clássicos de Geografia Urbana, resolvemos buscar uma nova abordagem epistemológica que incluísse e complexificasse a discussão de gênero nos estudos sobre o espaço urbano. Nós adentramos, assim, em diferentes leituras feministas sobre a cidade e nos seus procedimentos metodológicos.

Acreditamos que como Massey (2000), existem muitos outros fatores, além do capital, das relações de trabalho, na propriedade privada e nas diferenças de classe, que influenciam intensamente a nossa vivência nos lugares, como o gênero, a raça, a sexualidade e a etnia.

O primeiro trabalho dedicado a esta temática é a tese “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista a geografia urbana” (CALIÓ, 1991). A autora traz novas percepções do urbano a partir das categorias patriarcado e gênero. A autora diz que para tratar das questões de gênero na cidade, é importante entender a relação entre

patriarcado e capitalismo espacialmente realizada na vida urbana, resultando na discriminação social feminina. Para ela, a instituição da família patriarcal, antes mesmo do surgimento do capitalismo, a divisão sexual do trabalho e a separação da casa e do trabalho foram fatores determinantes para a atual situação da mulher no contexto urbano.

Calió (1991) afirma que entender a evolução da sociedade patriarcal, da família e das mudanças ocorridas no trabalho doméstico é essencial para compreender a urbanização moderna. A autora faz uma crítica aos estudos sobre o urbano que negligenciam a esfera do privado, das atividades domésticas. Pois desta forma, eles omitem o papel da família e do patriarcado na cidade. Segundo ela, ocorre uma “‘invisibilização’ das mulheres na multidão urbana” (CALIÓ, 1991, p. 94), pois “reconhece-se o papel da mulher no suprimento físico da força de trabalho e mesmo a sua presença no mercado, mas ignora-se o papel da “totalidade do seu trabalho” para a cidade” (CALIÓ, 1991, p. 95). A cidade é vista por muitos(as) estudiosos(as) como sendo habitada por seres sem gênero, assexuados, sem raça, sem etnia que vivenciam só as relações sociais de classe entre si.

Toda essa “invisibilidade” das relações de gênero e das mulheres nos estudos urbanos resulta em políticas públicas que não levam em consideração as singularidades e especificidades de suas vidas. A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas “vazias” em determinados horários do dia, resultado de uma ocupação que divide as áreas comerciais, residenciais etc., consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade (MACHADO; RATTTS, 2017).

O centro de Goiânia, por exemplo, no período da noite é visto pelas mulheres como um lugar “escuro”, “vazio” e “perigoso”. Apenas bares (frequentados quase exclusivamente por homens) ficam abertos depois das 22 horas. As mulheres que estudam e trabalham à noite nesta área, ao voltarem para casa (utilizando carro, moto ou ônibus) sentem-se inseguras e amedrontadas pelo risco, principalmente, de estupro e assalto. A cidade e as ruas à noite ‘não é para ser das mulheres’, principalmente para aquelas que utilizam o transporte público. Este é um dos fatores que fazem com que muitas mulheres fiquem ‘prisioneiras’ na cidade, transitando, majoritariamente, apenas entre o seu local de trabalho e a sua casa.

Para Calió (1997), a ausência da relação patriarcado/capitalismo está tanto nos estudos sobre movimentos sociais urbanos como nas políticas públicas urbanas. A não compreensão da cidade-sexista impossibilita aos estudiosos urbanos reconhecer que a mulher “sofre segregação através da ideologia patriarcal refletida no espaço urbano: divisão do trabalho em doméstico/social e sua consequente repartição mulher/homem, privado/público.” (CALIÓ, 1997, p. 05).

Segundo a autora, os usos de conceito como segregação, direito à cidade, revolução urbana nos estudos urbanos utilizam termos de classes sociais e de luta de classes, mas dificilmente incorporam as análises de gênero. Essa exclusão acaba por não reconhecer:

(...) cotidianamente na cidade o lado patriarcal que sustenta os condicionamentos sociais que oprimem as mulheres. Por exemplo, as dificuldades de acesso, veladas ou não, às "oportunidades sociais", as restrições que sofre na sua mobilidade com agressões explícitas ou implícitas, o uso que se faz do seu corpo como objeto de consumo sexual. (CALIÓ, 1997, p. 05-06).

Calíó (1997) exemplifica a luta das mulheres que acontece em quase todo mundo contra a violência de que são vítimas, ela busca a ruptura com a 'cultura da violência' a partir dos terrenos espaciais de protesto. Para a autora:

Nesse sentido, o espaço ajuda a criar novas formas de relação de gênero. Por exemplo, as Casas de Apoio à Mulher Vítima de Violência, que estão sendo criadas pelo mundo afora, originam espaços alternativos que além de oferecer reais soluções, envolvem um "simbolismo e um imaginário" que capturam as esperanças das mulheres. (...) o espaço pode ocupar, simbólica e realmente, um papel importante no desenvolvimento da consciência crítica e das formas radicais de luta política. (CALIÓ, 1997, p. 07).

A autora afirma que no conteúdo das lutas travadas pelos movimentos organizados de mulheres está presente, de forma indireta, a consciência da segregação espacial que o urbano lhes impõe. As lutas são:

(...) formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira releitura indireta do urbano patriarcal. Em todo o mundo mulheres estão tomando consciência dos problemas espaço-temporais impostos pela organização da cidade e ressentidos na sua vida cotidiana, inventando práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência. Desse modo, elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas. (CALIÓ, 1997, p. 07).

A autora afirma que é só feminilizando os conceitos de Planejamento e a prática das Políticas Públicas que será possível dar verdadeira dimensão ao conceito de 'cidadania e democracia', ou seja, somente construindo estratégias que melhorem a vida das mulheres e que "levem em conta sua especificidade, incorporando-as como grupo prioritário no combate à discriminação." (CALIÓ, 1997, p.8). Ela justifica a importância dessa feminilização afirmando que:

O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família, torna-as presença marcante e quase que obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida. Devido às suas tarefas domésticas e participação na comunidade (sobretudo as mulheres mais pobres), são as mais afetadas pela crise dos serviços urbanos que aumenta,

consideravelmente, suas responsabilidades. Isoladas no espaço privado do lar ou à sua extensão pública (o posto de saúde, a farmácia, o hospital, a loja, o supermercado, a feira, o açougue, a padaria, a escola, o parque, etc.), elas travam uma luta incessante contra o relógio, tentando administrar sua vida cotidiana. (1997, p. 7).

Durante muito tempo, as organizações de mulheres nas cidades eram vistas pelos(as) estudiosos(as) do espaço urbano no Brasil como algo não importante, devido ao seu caráter ‘doméstico’ e privado. Havia uma despolitização da esfera do doméstico, colocando-o fora do urbano. Era como se as ações das mulheres não estivessem entre as ações que mudaram e mudam a sociedade.

As várias lutas das mulheres feministas se dão em busca da conquista de uma nova forma de ‘estar no espaço urbano’, tanto doméstico como público. Os espaços de protestos na cidade fazem as mulheres sentirem e refletirem diretamente a opressão e impactam sob a vida delas (CALIÓ, 1997). A luta delas é diária e estrategicamente localizada. Neste sentido, os espaços ‘conquistados’ para além do doméstico, constituídos como espaços alternativos, ajudam a criar formas de relações de gênero. No entanto, como afirma Sanchez Leyva (1999):

La pretensión feminista de ocupar el espacio público se no va acompañada de una redefinición de los “lugares” nunca podrá ser una pretensión emancipadora. Este es el aspecto fundamental y punto de partida que voy a utilizar para intentar justificar por qué opino que hay que terminar con la dicotomización de los espacios pero sin hacer preponderar uno sobre otro sino creando una heterogeneidad en la definición de los lugares. Abogo por un espacio que emane de los cuerpos y de las acciones, espacio del movimiento, los desplazamientos y deseo de irse situando y emanando espacio. Por ello, no me sumo sólo a la ocupación de los espacios seno que creo necesaria la redefinición de los lugares. Sólo pretender desparzarse a lo público no implicará nunca una emancipación para las mujeres. (p.49).

A nossa proposta foi estudar a questão de gênero no urbano a partir de lugares e espaços de resistência e apropriação das mulheres na cidade. A área central da cidade de Goiânia é vista pelas militantes feministas entrevistadas como uma zona estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e aos(às) demais. Ocupar os espaços centrais da cidade de forma coletiva, durante o dia e à noite, para elas, possuem diferentes objetivos. Durante o dia, o objetivo é evidenciar a luta, torná-la mais visível à população e à mídia. Durante a noite, o intuito é mudar a ideia de um centro ‘não para as mulheres’, é ocupá-lo para torná-lo local para todas ao frequentarem bares e se deslocarem pelas ruas em grupo para aquele local. Esta ação é realizada principalmente pelas mulheres entrevistadas lésbicas e mais jovens.

Apesar de um ‘aprisionamento’ comum de todas as mulheres na cidade, existem diferenças entre elas na forma de vivenciá-la. As mulheres negras sentem-se ‘aprisionadas’ e

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.
ISSN: 2176-5774

resistem de forma diferenciada das brancas, assim como as lésbicas das heterossexuais, as de classe alta das mulheres pobres e as mulheres de diferentes idades. Existem diferenças que são influenciadas pelo dado corpóreo, pelos marcadores da diferença aos quais são atribuídos sentidos e hierarquização (RATTS, 2014), por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo, o sexo. Para Silva, os sentidos de ‘mulher’ são múltiplos:

Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente (...). É importante conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e que não se configuram como blocos homogêneos, pelo contrário, são construídos por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação. (2007, p. 123).

Ornat (2005) demonstra que a vivência do espaço total da cidade é em geral, reduzida para as mulheres de baixa renda, os seus deslocamentos são menos extensos e frequentes do que os dos homens dos mesmos locais. “Os motivos dos deslocamentos estão relacionados com seu papel da maternagem e, fora deste, não há registros de deslocamentos para realizar interesses particulares” (SILVA, 2007, p.127).

A ocupação dos espaços públicos de Goiânia, principalmente no período da noite, é visto pelas mulheres como um ato revolucionário e perigoso. Nas falas das entrevistadas, observou-se a presença do medo e a preocupação em tomar todos os cuidados necessários. A ocupação significa uma forma de transgredir o local dado a elas na cidade, num intuito de que futuramente estes espaços pertençam também às mulheres. Aí está a importância do espaço nas ações coletivas das militantes em locais estratégicos nas cidades.

Pensar espacialmente as ações das militantes nos permite compreender como elas buscam transformar o urbano e transgredir ao que diz bell hooks (2009, p.143): “nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Eles devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Eles não podem se demorar ou ficar”. Essa triste lógica urbana que ‘aprisiona’ as mulheres é vista pelas feministas em Goiânia como algo a ser desconstruído. Esta preocupação faz parte das pautas estratégicas de ocupações estabelecidas pelos grupos os quais as feministas participam, assim como nas suas ações individuais cotidianas (que muitas vezes são realizadas também coletivamente), como por exemplo, nos momentos de lazer.

hooks (2009) aborda a importância de se pensar o espaço da cidade pelas feministas, a exemplo das esquinas, para que a mulher tenha de fato liberdade de ir e vir:

Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens – um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer o escuro um

lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passassem, e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o *ethos* da esquina – gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas a esquina da rua transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua é visto por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. Nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Elas não podem demorar-se ou ficar. (hooks, 2009, p. 143, tradução nossa)².

A autora enfatiza a rua, particularmente as esquinas, como território patriarcal mesmo face às conquistas dos movimentos feministas. Estes locais são usados em situação de transgressão e ousadia por algumas mulheres, a exemplo das prostitutas.

Compreendemos que para desfazer as fronteiras entre espaços público e privado devemos ir ao cotidiano e colocá-lo como agentes no processo. Veremos que as mulheres feministas, a partir de seus cotidianos militantes, desestabilizam as fronteiras entre espaço público e privado e constroem novas formas de vivenciar os lugares na cidade. Elas lutam pelo fim de todas as formas de violência contra a mulher de forma cotidiana e coletiva, entre outras formas, também ocupando diversos espaços na cidade.

Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas em Goiânia

Os movimentos de mulheres constituem uma rede temática transnacional que abrange movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais e entrecruza-se com outras redes de movimentos sociais. Estes movimentos possuem uma complexidade na sua organização e ação, pois eles são uma rede de movimento, que segundo a proposição de Gohn (2010), abarca outras redes temáticas que se articulam de forma eventual ou mais permanente, onde se juntam movimento de moradia, de transporte, grupos culturais, atividades artísticas e sindicais etc.

O Quadro 2 abaixo mostra uma listagem, classificados da seguinte forma: grupos de mulheres, acadêmicas, LGBT, mulheres negras, profissional, saúde e sindicato.

² “Street corners have always been spaces that has belonged to men – patriarchal territory. The feminist movement did not charge that. Just as it was not powerful enough to take back the night and make the dark a safe place for women to lurk, roam, and meander at will, it was not able to change the ethos of the street corner – gender equality in the work place, yes, but the street corner turns every woman who dares lurk into body selling herself, a bory looking for drugs, a bory going down. A female lurking, lingering, lounging on a street corner is seen by everyone, looked at, observed. Whether she wants to be or not she is prey for the predator, for the Man, be he pimp, police, or just passerby. In cities women have no outdoor territory to occupy. They must be endlessly moving or enclosed. They must have a destination. They cannot loiter or linger.” (hooks, 2009, p. 143).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.

ISSN: 2176-5774

Quadro 2. Lista das organizações de mulheres em Goiânia-GO (2013)

Nome do grupo	Classificação do grupo
FASAM - Grupo Interdisciplinar de Estudos da Mulher e das Relações de Gênero	Acadêmico
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade –SERTÃO	Acadêmico
Programa Interdisciplinar da Mulher – PIMEP	Acadêmico
Grupo Transas do Corpo	Grupo de Mulheres
Centro de Valorização da Mulher	Grupo de Mulheres
Centro Popular da Mulher -CPM/União Brasileira de Mulheres-UBM	Grupo de Mulheres
Organização das Voluntárias de Goiás-OVG	Grupo de Mulheres
Mulheres da Paz	Grupo de Mulheres
Cooperativa de Bordadeiras e Produção Artesanal do Cerrado Goiano (Bordana)	Grupo de Mulheres
Grupo Madalena - Teatro das Oprimidas	Grupo de Teatro
Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás- ASTRAL-GO	LGBT
Associação Ipê Rosa	LGBT
Colcha de retalhos da UFG	LGBT
Grupo de Mulheres Dandara do Cerrado	Mulheres Negras
Grupo de Mulheres Malungas	Mulheres Negras
Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Goiás- ABEN	Profissional
Associação das Pensionistas da Polícia e Bombeiros Militar do Estado de Goiás- APPB	Profissional
Associação de Mulheres da Carreira Jurídica do Estado de Goiás- ABMCJ/GO	Profissional
Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás- APUC	Profissional
Associação das Mulheres Deficientes Auditivas e Surdas de Goiás	Saúde
Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás –ADVEGO	Saúde
Grupo pela Vidda	Saúde
Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO	Sindicato
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás – SINPRO	Sindicato
Central Única do Trabalhadores - CUT- Mulher	Sindicato
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás- FETAEG	Sindicato
OAB-Mulher	Sindicato

Fonte: Conselho Estadual da Mulheres - Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (CONEM-SEPIRA), 2013. Classificação nossa.

Como demonstra o Quadro 2 acima, os grupos dos movimentos de mulheres goianiense e goiano atuam em diversas redes temáticas de ação: trabalham nas áreas da educação, saúde, questão racial, sexualidade, bem-estar, habitacional, alimentação, emprego, renda etc. As ações do movimento são construídas a partir das necessidades locais ou são trazidas de outros grupos de fora ou dentro do estado. As ações construídas pelos grupos locais podem se tornar agendas de ações de outras entidades fora do território estadual.

Segundo Silva e Camurça (2010), os feminismos são um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, são movimentos de mulheres e, portanto, são parte do movimento de mulheres em geral. Assim, os movimentos de mulheres criam e são criados pelos feminismos. Numa relação mútua, um constrói o outro. As autoras afirmam que:

Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão das mulheres, o movimento de mulheres colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Quando se apropriam destes elementos, os movimentos de mulheres passam a usá-los criticamente e com isto constroem e transformam continuamente seu próprio movimento, contribuem com novas reflexões e novas experiências a partir das quais novas pautas de lutas são instituídas, enriquecendo o próprio feminismo. (SILVA e CAMURÇA, p. 16, 2010).

No entanto, nem todo movimento de mulheres se afirma e[ou] se autodeclara como movimento feminista. Por isto, nem todas apoiam as causas feministas:

Embora sejamos todas mulheres lutando pelas mulheres, o que nos faz a todas, em certo sentido, feministas, existe ainda muito desconhecimento, algumas desconfianças e posições anti-feministas dentro do próprio movimento de mulheres. Por isto, tende-se a considerar o feminismo como parte do movimento de mulheres, mas não como sendo a mesma coisa. São feministas aquelas mulheres e organizações que se definam assim. (SILVA e CAMURÇA, p. 17, 2010).

Os feminismos como movimento social incluem várias experiências de auto-organizações criadas por mulheres, ou seja, são todas as formas organizativas para serem instrumentos de sua luta contra a dominação, exploração e opressão como: ONGs, fóruns, grupos de bairros, secretaria de mulheres de centrais sindicais, núcleo de formação e educação feminista, centros de estudos e pesquisas, grupos de bairros, setoriais de mulheres de partidos, articulações e movimentos (SILVA e CAMURÇA, 2010).

Participam também do feminismo todas as mulheres que não participam desses grupos, mas que assumem em seus cotidianos, nas suas relações com as pessoas, nas suas atuações acadêmicas, no trabalho, dentro de grupos e partidos políticos que participam, uma identidade política feminista.

Os feminismos são plurais, as diferentes ‘expressões’, como: o feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo acadêmico, feminismo sindical, feminismo indígena, feminismo popular, algumas vezes entram em conflito entre si e outras constroem alianças. Segundo Silva e Camurça (2010):

Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação. Seja como for, todas elas são perpassadas por correntes políticas, algumas de tendência liberal e outras que se inserem no campo de esquerda. As várias

correntes dentro destes campos políticos se articulam no interior do movimento. (...) Muitas vezes, as organizações atuam no movimento e defendem posições sem levar em conta estas divergências ou sem perceber que diferentes propostas têm a ver com concepções políticas diferentes. (2010, p. 13).

Há também as diferenciadas visões teóricas dos feminismos que acabam sustentando os distintos posicionamentos políticos. Diante de todas as diferentes posições teóricas, ‘expressões’, correntes políticas, formas de organização, o feminismo não é um pensamento único, ele é, portanto, feminismos, no plural.

À semelhança de outras cidades, em Goiânia existem e existiram grupos de mulheres que se autodeclararam e autodeclaravam feministas e outros apenas como de mulheres. Fundada em 1933, no contexto da Marcha para o Oeste, a cidade possui – de acordo como o IBGE em 2014 - aproximadamente 1.412.364 habitantes e com uma Região Metropolitana (Goiânia faz parte da região metropolitana) composta por vinte municípios³, dos quais Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade são os mais próximos e populosos. O centro da capital, correspondente à parte do planejamento inicial da cidade, abriga serviços – públicos e privados, a exemplo da sede do poder político estadual, hotéis, comércio e alguns parques. A exemplo de outras cidades brasileiras, não são perceptíveis, à primeira vista, a função e o uso predominantemente feminino e/ou feminista, masculino e/ou masculinista, do espaço urbano. Sobre a cidade de Goiânia e os problemas enfrentados relacionados às questões de gênero, a entrevistada diz:

“Goiânia é muito esquisito assim. Normalmente a gente é muito coronelista. Acho não, a gente realmente é. As nossas ações elas são quase medidas paliativas de enfrentamento de um sexismo muito aberto assim, principalmente agora do começo do ano pra cá o policiamento aumentou muito e aumentou muito a morte dos meninos e das meninas também. Uma das campanhas mais forte do Fórum [Goiano de Mulheres] agora é: Tá acabando com as vidas das meninas, porque tem tensão quase todo fim de semana é a questão do feminicídio. Aí em relação a isso a gente pensa – Como é que posso falar que a gente consegue as coisas se tem menina sendo assassinadas por serial killers ou não, tendo taxa de estupro altíssima. Por exemplo, o mês passado parece que eram 60 estupros ou 57. Aí acaba que não tem divulgação. A gente sabe dessas coisas porque a gente vai às reuniões pra pedir as divulgações e as coisas assim. Mas a gente vê quando está militando que as meninas morrem ou são estupradas e passam por uma série de violências, e isso falando do mais raso do sexismo. E essas coisas não são nem divulgadas. A maior parte dos estupros, por exemplo, acontece em pontos de ônibus, assim como os assassinatos das meninas. Aí a gente percebe quando está militando que o nosso acesso à cidade livre não é um acesso permitido ainda. Isso é o raro, é o estupro, é a morte. Agora você imagina andar por aí numa boa com roupa que quer e com as coisas e fazer usos dos espaços possíveis. Não é.

³ Lei Complementar Estadual de número 78, 25/03/2010.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.

ISSN: 2176-5774

É muito difícil aqui. Aí pra falar dessas conquistas a gente tem que falar desse combate todos os dias que a gente faz com ações e tal” (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

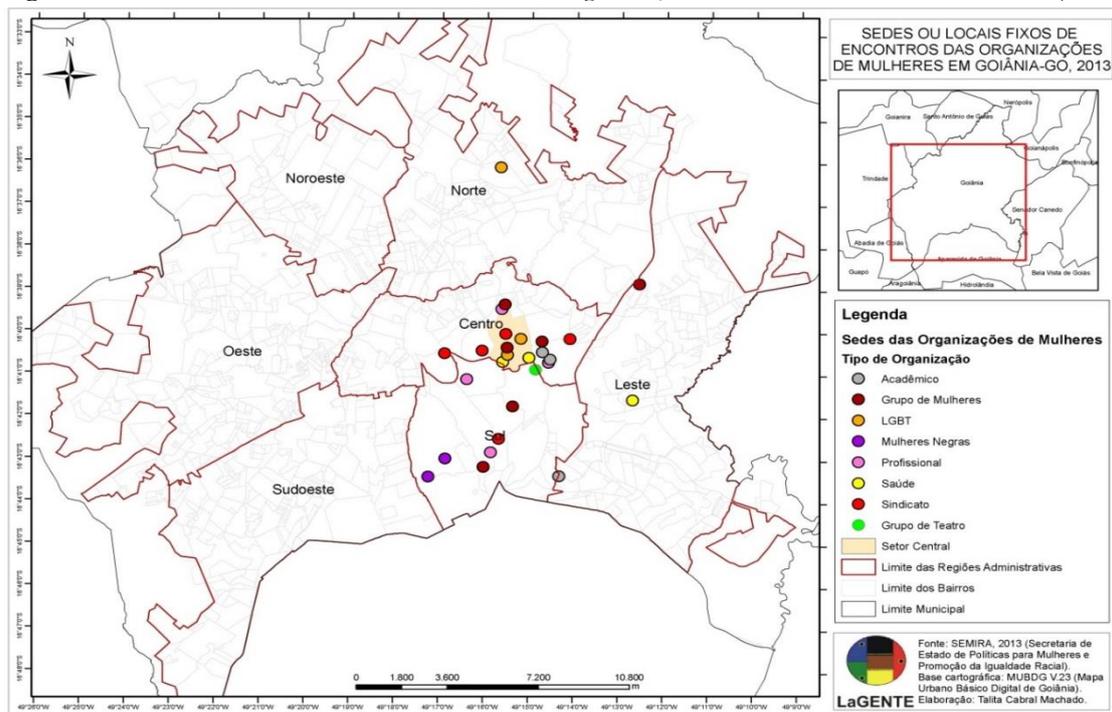
Diante dos problemas mencionados acima (entre outros) pela entrevistada e para enfrentá-los, foram criados em Goiânia vários grupos de mulheres e grupos feministas.

No contexto dos chamados ‘novos movimentos sociais’ surgidos entre os anos 1970 e 1990, pode-se dizer que os movimentos feministas em Goiás (Brasil) surgem nos anos de 1980 com a formação de entidades de mulheres em Goiânia, a exemplo do Grupo Eva de Novo (1981), Centro Popular da Mulher em Goiás (1985) e Grupo Transas do Corpo (1987), e, posteriormente, após a década de 1990, mulheres negras criam suas organizações, até início da década de 2000: Associação Pérola Negra (1993), Malunga (1999) e Dandara no Cerrado (2002).

Ainda que a entrada direta em cena de mulheres negras se dê no final dos anos 1990, Mulheres negras goianas e goianienses estão desde os anos 1980 na fundação do movimento negro e de alguns partidos de esquerda (SILVA, 2018) e, desde os anos 1940, em grupos de congada (SOUSA, 2016).

A Figura 1 a seguir mostra a localização de sedes ou locais fixos de encontros dos grupos contidos na Tabela 1.

Figura 1. Sedes ou locais fixos de encontros das organizações de mulheres em Goiânia-GO (2013)



Fonte: Conselho Estadual da Mulheres - Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (CONEM-SEPIRA), 2013. Classificação nossa. Base cartográfica MUBDG 21.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.

ISSN: 2176-5774

A maior parte dos grupos possui suas sedes e pontos de encontros localizados na região central da cidade. O ponto na região norte da cidade, no Setor Itatiaia, corresponde aos locais de encontros de grupos ou eventos no Campus 2 da Universidade Federal de Goiás. Os dois grupos de mulheres negras, Malunga e Dandara do Cerrado, estão localizados na região sul. Os municípios vizinhos a esta área da capital – Aparecida de Goiânia e Senador Canedo concentram população de baixa renda e de maioria negra, além de grande parte dos(as) migrantes (RATTS, 2015).

As entrevistadas e a complexidade das suas atuações

A escolha das entrevistadas deu-se após a participação em eventos, manifestações e conversas com feministas em Goiânia - essa aproximação com o campo foi um dos primeiros passos metodológicos. Elas ajudaram-nos a selecionar mulheres que consideravam muito importantes para a construção e continuação dos movimentos feministas em Goiânia e Goiás. Neste processo de seleção, infelizmente, muitas mulheres essenciais para a luta feminista na cidade ficaram de fora das entrevistas. Foi, principalmente, durante os processos finais da pesquisa que surgiram outros importantes nomes (como por exemplo, o de mulheres transexuais feministas) que, apesar de querermos muito, não tínhamos mais tempo para novas entrevistas e análises, pois o prazo para entrega dos resultados da pesquisa estava esgotado.

As seis entrevistadas que tinham entre 44-67 anos, foram fundadoras de entidades e redes dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, em Goiás e Goiânia. Três delas, iniciaram a sua militância na igreja católica, por exemplo, em uma congregação de maioria negra.

As outras sete entrevistadas que tinham entre 21-32 anos, participavam ao mesmo tempo ou tinham participado de vários grupos feministas em Goiânia e algumas delas, de redes nacionais e estaduais.

No momento da entrevista, Deolina se considerava uma feminista autônoma, no sentido de que atualmente não fazia parte de nenhum grupo dos movimentos feministas. “A gente faz ações em torno do feminismo, mas não fazemos parte de nenhum grupo estruturado” (Deolina, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014). Assim como Deolina, Luz, Antonieta, Bertha e Carmem também falaram de suas participações, de forma autônoma, em atividades feministas realizadas em Goiânia com outras mulheres, como por exemplo, a feira da troca feminista e os piqueniques feministas nos parques.

Sobre não estarem participando organicamente de nenhum grupo dos movimentos feministas, as mulheres falaram que o feminismo está presente em suas ações cotidianas, no trabalho, na família etc.:

“Hoje em dia, eu digo que não participo de nenhum movimento. Mas no movimento que acontece aqui, que são encontros que a gente faz semanal, com as mulheres aqui da região (...), as meninas do Garavelo, de várias regiões, tipo, é uma parada que acontece mais local. Que é um momento de discussões sobre o feminismo, sobre a vivência de cada uma” (Carmem, 21 anos. Data da entrevista: outubro de 2015).

“Não, agora eu não estou ativamente, (...) assim, organicamente não. Eu vou em eventos. Por exemplo, eu vou em eventos da visibilidade lésbica, eu me invento de tocar percussão, toco na banda de percussão que elas tem que chama Batuque de Menina, ou então no Coró de Pau, mas organicamente não, eu tô dando um tempo. O Fórum é uma outra história, uma moçadinha que tomou conta, acho que é a hora de uma nova geração chegando, mas participo. Amanhã eu tô tentada a ir nessa reunião do Fórum [Goiano de Mulheres]. Assim, pontualmente você tem que participar de algumas questões pontuais, mas organicamente como eu já fui não, eu tô, vou assim, tem uma coisa ali eu posso me dispor a ir” (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015).

Há também diferentes graus de participação das entrevistadas nos(as) coletivos(as). Algumas são fundadoras e outras, em alguns momentos se aproximam, mas em outros, se distanciam de seus coletivos, muitas vezes criticando-os. Algumas correlações são possíveis entre as feministas e seus coletivos e outras são mais difíceis.

Oito entrevistadas têm passagem pela academia como estudantes de graduação, pós-graduação ou professoras, como Rosely, Maria, Tereza, Deolina, Bertha, Luz, Beatriz e Antonieta (nas áreas de saúde, ciências humanas, letras, educação e jornalismo). Outras mulheres falaram que não se identificam com o espaço acadêmico, como Letícia e Anália, mas com os feminismos da periferia.

As formas de participações feministas das entrevistadas que atuam também em outras redes temáticas, a exemplo das questões LGBTQIT, racial, estudantil, sindical - representam a grande complexidade das suas atuações no espaço urbano.

Os movimentos feministas fazem muitas ações públicas e corpóreas na cidade (assim como o movimento negro e LGBTQIT). Por exemplo, a Parada do Orgulho LGBTQIT é um evento construído em várias escalas, além da local. No entanto, eles acontecem em determinadas avenidas (escolhidas estrategicamente) de determinados bairros na cidade (também estrategicamente escolhidos). Nesses acontecimentos, por exemplo, a troca de afeto e, sobretudo, o beijo lésbico, gay, de travestis ou transexuais tornam-se atos políticos porque questiona uma padronização heterossexual do corpo no espaço público, nas avenidas de

Goiânia e, ao mesmo tempo, as demandas políticas percebidas no momento de organização e realização desses eventos na cidade, vão influenciar e construir as agendas de reivindicações também em outras escalas.

Ao fazer “Uma história do feminismo no Brasil”, Pinto (2003) alerta para a diversificação de concepções e atividades, o que nos interessa diretamente ao pensarmos as escalas destes movimentos:

Reconstruir a história de um movimento fragmentado cujas manifestações vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 participantes exige algumas escolhas estratégicas, até porque no caso do feminismo a reunião semiprivada tem repercussões tão grande a médio prazo como o grande evento (p. 9).

Para compreender a complexidade de relações e ações existentes nos movimentos feministas, trazemos algumas falas das entrevistadas sobre como ocorrem as relações entre os grupos que elas participam com outros e entre elas e outras feministas, em diversas escalas:

“(…) todas essas organizações [que participo] de alguma forma elas tem vinculações nacionais, todas elas. Seja pela criação, menos era o Colcha [de Retalhos] e a Coletiva Feminista. Que a ideia inicial era que o Colcha e a Coletiva fosse um grupo mais fechado, com uma atuação mais local. Primeiro de empoderamento das meninas e depois uma ação maior. Só que não foi assim que aconteceu, a gente já começou, por exemplo, tendo galera de Goiás e de Brasília. E todos os outros eles têm uma vinculação mais nacional. A Rede de Mulheres Lésbicas ela tem uns dois anos ou três, só que ela vem de outros coletivos que se desfizeram e fundaram a rede, que juntaram de outros militantes e tal e que se conheciam de outros contextos mesmo que elas. Mesmo que as ações sejam pra Goiânia e para Goiás, tem uma coisa que é nacional, por exemplo, vamos fazer um blog, mas que receba coisas nacionais de todo mundo. Aí a gente vai em outros espaços, porque as meninas conhecem militantes de outros espaços também e convidam e esses grupos agregam as ações de algumas formas. Então, acaba que a gente nunca tem ação sozinha. Seja porque passaram meninas daqui de Goiânia e foram para outros lugares e que a gente conhece em outros coletivos e em outros lugares. Os coletivos agregam as nossas ações e vice-versa. E acaba que como eu sou da AMB [Articulação de Mulheres Brasileiras], por exemplo, então, eu tenho vinculação com as meninas de outros lugares, que a gente troca quase que militância mesmo. (...) A AMB tem uma vinculação internacional, de todas essas, a AMB e o Transas [do Corpo], mas é mais a AMB porque ela tem mais ações fundamentadas. Ela está, por exemplo, junto com a organização do encontro Latino Americano Feminista. Elas estavam naquela reunião que fizeram dos Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. Elas têm uma amplitude maior. (...) Com essa coisa do feminicídio, por exemplo, a gente tentou fazer a federalização do caso e a gente conseguiu fazer uma reunião X em Brasília com uma galera de uma comissão (...) Aí a gente conseguiu uma reunião X para pedir a federalização do caso. Se a gente fosse um grupo só local e não tivesse uma vinculação com a AMB talvez a gente não conseguiria articular essa discussão. Com essa vinculação fica mais fácil” (Bertha, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

A articulação entre os grupos locais, regionais e nacionais se dá a partir da participação das mulheres em vários grupos ao mesmo tempo. A fala acima de Bertha exemplifica como uma demanda local torna-se nacional, como é o caso do problema do feminicídio na cidade de Goiânia e a federalização deste tema. A fala abaixo de Carolina, mostra como uma Marcha Nacional é construída localmente:

“A gente faz algumas coisas em conjunto. Por exemplo, a Articulação de Mulheres Negras tem no Brasil todo, em vinte sete estados. Agora mesmo a gente tá trabalhando na Marcha das Mulheres Negras que vai ser dia 18 de Novembro. Então, a gente tem feito reuniões, também reuniões nacionais e também internacionais. E a gente tem um pouco de trabalho com as mulheres latinas, as mulheres caribenhas. E articulação a gente sempre faz. Agora mesmo, esse final de semana passada, sexta e sábado, teve uma oficina de formação de Luziânia [município do estado de Goiás e pertencente ao entorno de Brasília], que é do Centro-Oeste. Essa oficina foi de percepção do racismo pela mulher negra, como é que a mulher se percebe pelo impacto do racismo. Então essa foi uma oficina nacional, em nível de centro-oeste. E a gente teve agora também, que terminou, um projeto que é Mulheres Negras em Pauta, que é um curso de formação para mulheres jovens negras que foi no Brasil todo. E a gente procura também trazer pessoas do Rio de Janeiro para cá, para ter essa troca de experiências, troca de vivências. As mulheres negras do estado de Goiás percebem o racismo da mesma forma que uma carioca? Elas têm a mesma percepção que uma mulher de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul tem? Então a gente tenta fazer essa ligação. E sempre a gente tem o encontro da Articulação que é anual e sempre tem representantes internacionais. Agora, o nosso grupo também faz parte da rede feminista de saúde, que é uma rede nacional e internacional também” (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015).

O movimento de mulheres negras e seus grupos que interagem e se diferenciam dos movimento negro e feminista são conhecidos desde o final dos anos 1970 no Sudeste e, na década seguinte no Nordeste e no Sul, para depois se nacionalizar (SANTOS, 2009). As dificuldades e potencialidades de uma articulação nacional negra feminista permitem, como indica a entrevistada, perceber e agir na experiência local e regional do racismo e do sexismo.

“Olha tem vários tipos de ações. Tem oficinas de maquiagem, de veste e de trança, para a gente trabalhar a autoestima das mulheres negras e das crianças negras. A gente sempre tem participado daquela Ação Global [da Pontifícia Universidade Católica], eles nos convidaram ano passado. Porque a gente sempre vai? Porque atende muitas pessoas. Geralmente tem muitos casais negros que vão casar naquele evento, então a gente sempre faz a maquiagem específica negra e a faz a vestimenta com o pano amarrado. E fora disso, tem alguns seminários que são pontuais, por exemplo o 27 de Outubro é uma bandeira que a gente levanta. O mês de outubro, a gente tem uma semana de saúde da população negra. A gente tem assento no Comitê Gestor de Saúde da População Negra do estado e do município. A gente tem assento no Conselho Municipal de Saúde. Então esse é o público que a gente mais trabalha, porque é ali que a gente sempre propõe oficinas, seminários, audiências públicas. E antigamente não, a gente fazia seminário para a população em geral, mas agora a gente

começou a perceber que hoje temos garantia de políticas, temos o Estatuto de Igualdade Racial, a gente tem a Política de Saúde da População Negra, mas ainda não foi implantada. Então a gente começou a trabalhar mais dentro dos órgãos, como no Comitê Técnico de Saúde, se é um comitê técnico, tem que ter técnicos para pensar. E algumas pessoas do nosso grupo são preparadas e estão ali, para contribuir e ver se efetiva a política” (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015).

Como uma estratégia de ampliação e fortalecimento das ações locais, as militantes expandem suas participações em grupos feministas de escala nacional.

“Só essa questão de ir pro nacional, de frequentar encontros fora. Por que antes eu era mais local (...). Antes eu era mais local, mas agora não. Por exemplo, todo ano tem um encontro de mulheres negras no Paraná, né. No final do ano e eu sempre estou indo e trocando experiências” (Carolina, 44 anos. Data da entrevista: setembro de 2015).

A entrevistada traz a questão da escala para sua própria experiência enunciando de maneira muito particular as dificuldades e possibilidades de deslocamento enquanto militante no território nacional: “antes eu era mais local”.

“A gente teve várias ações, a gente teve mais era na campanha pela legalização do aborto, foi a mais forte, foi uma bandeira de feminista assim, impecável, sempre foi pela legalização do aborto. As grandes campanhas do Fórum no Brasil inteiro, dos Fóruns ou outras organizações com outro nome, era sempre pela legalização do aborto e essa questão também de mais poder para as mulheres, era a mulher sem medo do poder, a gente fez campanhas e o Fórum estava sempre junto, quando a gente começa a discutir o que é essa porra desse poder, o que nós vamos fazer lá, porque tudo é muito novo pra gente. E o que mais nós participávamos era assim, encontro feminista, Encontro Nacional Feminista, aí ia, eu, por exemplo, fui bem nuns três, não sei aonde, sabe, fui em João Pessoa, bacana até, só mulher, fui num outro em Porto Alegre. As meninas foram em outros encontros feministas, aí eu não tive condição de ir, tipo assim, foram pro México, acho que foi, acho que foi no México, Bogotá, parece. Foi sim, que a Rosa foi, a Margarida, a Bromélia, elas foram, aí eu não pude ir por causa da questão de grana, né, ficava mais caro e tal e tal, um encontro Latino-Americano, Encontro Feminista Latino-Americano, disseram que foi maravilhoso! Então a gente participava dessas, e aí eu participava muito também. (...) Então eu participava muito a nível nacional das articulação, e aí, sabe, eu me esbaldava, com tantas mulheres, conheci muitas mulheres, feministas mesmo, sabe, aquelas intelectual assim, sabe, muito, que formula, de brasileira a internacional, aqueles debates maravilhosos, assim sabe, que você sai falando assim, meu Deus do céu eu sou poderosa, nós somos, nós podemos, né. Participei muito, muito mesmo, por causa da CNTE [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação] e por causa da CUT [Central Única dos Trabalhadores] nacional, porque eu era do coletivo nacional, então viajava muito, sempre tinha muito debate. Por exemplo, eu fui pra uma, nós éramos sete mulheres e eu fui pra Cuba em 1996, discutir com as mulheres cubanas as condições das mulheres no Brasil, da educação, com elas lá. Como é que é lá, como é que é aqui, mas nós éramos sete, a convite do governo cubano,

então é uma fonte maravilhosa e aí você vê que o machismo não tem ideologia, o machismo tá em todo lugar. Lá também as mulheres são violentadas, também elas sofrem com violência e tudo, do mesmo jeito, sabe, são violentadas, têm problemas. Então eu participei muito, viajei muito. E aí também eu começo, em função disso a me interessar pelo movimento de LGBT que na época a gente não chamava LGBT, era Movimento Gay. Mulher não se falava em lésbica, era só os homens gays, essa coisa de lésbica é muito novo, ajudei a fundar organizações de gays em Goiânia, o Comitê Rosa, em nome do Sindicato e da CUT, que ninguém queria ir com medo de ser confundido, com medo do povo pensar que era lésbica ou não, eu nunca tive essas preocupações, né. Então eu participei muito pegando essas transversalidades, mas muita coisa boa, eu participei e eu vivi, bebi em muita fonte interessante, mulheres que eu só conheci através dos livros, dos textos, dos escritos, sabe. Que eu via pessoalmente, aí você tem a emoção, sabe. Você vê aquela mulher, tava ali e você, “Pô, ela existe de verdade, eu li um livro dela”, encantada” (Adelina, 67 anos. Data da entrevista: outubro de 2015).

Santos (2006), ao analisar as espacialidades dos movimentos sociais, afirma que a visão de escala baseada nas hierarquias espaciais estruturantes não possibilita a compreensão desse fenômeno, pois ele é trans e pluriescalar. Souza (2013, p. 192) diz que:

(...) um movimento social constitui, por meio e ao longo de sua luta, uma escala ou várias escalas de ação, que podem ou devem ser tomadas igualmente como escalas de análise relevantes pelos pesquisadores. Sem dúvida, não há problema em utilizarmos termos como “regional” ou “nacional” para caracterizarmos algumas escalas; o fundamental é entendermos que as escalas de ação não existem, a rigor, anteriormente à própria ação, como se fosse um “dado da natureza” (e mesmo quando, em última instância, o alcance da ação é menos ou mais severamente atingido por instituições e processos preexistentes, que operam em escalas muitas vezes bem delimitadas), da mesma forma como as escalas de análise são (re)construídas, elas próprias, no decorrer do processo de construção do objeto, inclusive devido ao problema de que termos como “nacional” e “regional” precisam, sempre, ser encarados com cautela e ser histórica, política e culturalmente contextualizados.

A compreensão do real a partir da escala enquanto nível não permite perceber que os elementos, objetos, ações e agentes sociais que constroem o espaço geográfico ocorrem simultaneamente nos diferenciados recortes espaciais e, em cada um deles, os efeitos de um fenômeno - que acontece simultaneamente em diversas escalas - é diferenciado. Estudado em determinada escala, o fenômeno possui um sentido particular (MACHADO, 2016).

Para Massey (2000) as localidades surgem dos encontros dos processos locais com os globais, ou seja, das relações sociais que operam com o alcance das escalas espaciais. Isso produz o que denomina “um sentido global do lugar”. A geógrafa, ao trabalhar numa construção do local e global, oferece reflexões importantes para a compreensão da escala geográfica. Ela afirma que o local é fundamento, concreto e real, assim como o global. A relação entre local e global é explicada a partir de uma política de conectividade – geometrias

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.

ISSN: 2176-5774

de poder – que reorganiza as redes de relações e práticas de construção de lugares, mas também os conecta com outros lugares. A autora compreende que os lugares possuem diferentes níveis de conectividades um com o outro e com os processos políticos e econômicos amplos e que são agentes da globalização, onde o global é constituído, inventado, coordenado e produzido.

Os movimentos feministas são fenômenos complexos e são construídos em várias escalas e estudados em diferentes escalas possuem também diferenciados sentidos. Pensar as escalaridades dos fenômenos é pensar as suas espacialidades. Várias escalas de ações dos movimentos feministas também estão presentes nas falas das entrevistadas e nas análises, indicando que um fenômeno se constrói na interação com várias escalas, como as do corpo e da ação das mulheres e de seus grupos, presentes nos seus cotidianos e nos processos de apropriação do espaço (MACHADO, 2016).

As falas das entrevistadas mostram a complexidade das participações e construções das ações das militantes e seus coletivos e das suas relações com outros grupos e outras feministas que ocorrem em diferentes lugares. A ação local se dá muito mais em grupos, a regional no Fórum e eventos e as nacionais e internacionais se dão em redes e eventos. A construção do feminismo goianiense e goiano é o resultado e construtor de outros contextos dos feminismos para além do local e regional, estruturando-se e expandindo-se em distintas escalas.

Conclusões

Os grupos dos movimentos feministas não são só complexos em suas formações, estruturas, debates, ações, mas também em suas inter-relações com outras mulheres e coletivos. Os grupos são plurais como as relações e as construções das identidades das mulheres que participam deles. Eles são coletivos de mulheres, que com suas correlações identitárias interagem para construir a si mesmas e ações que interfiram na construção de outras mulheres e que possibilitem a luta por reconhecimento social e espacial na cidade, no estado, no país e em circuitos internacionais.

Acredita-se que uma agenda feminista, no intuito de trazer as mais diversas discussões sobre as questões de gênero a público para a construção de políticas, é o que há de comum entre todos os grupos dos movimentos feministas. No caso da relação com a cidade, o que também implica na sua região metropolitana, a ausência de um discurso de gênero, na formação territorial e no planejamento, fica questionada pelos limites e impedimentos impostos às mulheres no ir e vir, no uso e na qualificação de espaços como

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 78-99, jul-dez, 2019.
ISSN: 2176-5774

femininos ou feministas, exercida com determinação pelos grupos e movimentos. O espaço tem gênero e nele o masculino e o masculinista predomina, porque é estruturante numa sociedade patriarcal, classista, sexista, racista e de passado escravista. Nele, as mulheres, particularmente, as feministas, têm marcado e demarcado sua presença.

Referências

- CALIÓ, C. A. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, 1991.
- CALIÓ, C. A. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano.** In: 6º Encontro de Geógrafos de América Latina. Buenos Aires, Argentina, 1997. Anais. Disponível em:
<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em 20 de mai de 2016.
- GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- hooks, b. A place where the soul can rest. In: hooks, bell. **Belonging: a Culture of Palace.** New Yourk/London, Routledge, p. 143152, 2009.
- MACHADO, T. C. **A cidade das mulheres feministas: Uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença - 2016.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.
- MACHADO, T. C.; RATTTS, A. Trajetórias socioespaciais dos militantes do Movimento Negro na região metropolitana de Goiânia. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 6, p. 201, 2012.
- MACHADO, T. C.; RATTTS, A. As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, p. 194-213, 2017.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, p. 176185, 2000.
- ORNAT, M. J. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR.** Relatório Final de Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo, Editora Fundação Abramo, 2003.
- RATTTS, A. **A diferença étnico-racial no espaço urbano metropolitano de Goiânia.** Comunicação apresentada no XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Fortaleza, de 08 a 12 de setembro de 2015, 22p.
- RATTTS, A. Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória de mulheres negras. IN: SILVA, Joseli e NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças (Org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Curitiba, Toda Palavra, 2014, p. 333-354.
- SANCHEZ LEYVA, M J. **Perdidas en el espacio.** Formas de ocupar, recorrer y representar los lugares. Hurga y Pierro editores, España, 1999.
- SANTOS, R. E. N. **Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.** Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SILVA, C; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, G. **Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás: os dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo**. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, UFG, 2018.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117134, jul./dez. 2007.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli M. (Org.) **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 5590, 2009.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CESAR, T. R. A. O; CHIMIN JUNIOR, A. B; PRZYBYSZ, J. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 85 142, 2013.

SOUSA, L. P. **Congadas de Goiânia: história, memória e identidades negras (1940-2000)**. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, UFG, 2016.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Submetido em: Janeiro de 2019.

Aceito em: Janeiro de 2019.